



CLIPPING INTERNET
30/05/2021 ATÉ 30/05/2021



INDÍCE

1	AÇÕES CORREGEDORIA	
	1.1 BLOG RICARDO MARQUES.....	1
2	COMARCAS	
	2.1 BLOG ISAÍAS ROCHA.....	2
3	DECISÕES	
	3.1 BLOG ISAÍAS ROCHA.....	3
	3.2 SITE JORNAL PEQUENO.....	4
4	INSTITUCIONAL	
	4.1 BLOG ATUAL 7.....	5
	4.2 BLOG DO ALPANIR MESQUITA.....	6
	4.3 BLOG PAULO ROBERTO.....	7
	4.4 SITE AGORA SANTA INÊS.....	8
	4.5 SITE G7 MARANHÃO.....	9
5	JUIZADOS ESPECIAIS	
	5.1 SITE O MARANHENSE.....	10
6	PLANTÃO CGJ	
	6.1 SITE O MARANHENSE.....	11
7	PLANTÃO NO TJMA	
	7.1 SITE O MARANHENSE.....	12
8	PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO (PJE)	
	8.1 SITE O MARANHENSE.....	13
9	SERVENTIAS EXTRAJUDICIAIS	
	9.1 SITE O MARANHENSE.....	14
10	VARA CRIMINAL	
	10.1 BLOG ADALBERTO MIRANDA.....	15
11	VARA DA FAMÍLIA	
	11.1 SITE O MARANHENSE.....	16
12	VARA DE INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS	
	12.1 BLOG AQUILES EMIR.....	17
	12.2 SITE MARANHÃO HOJE.....	18

Polícia Civil cumpre mandado de prisão de homem suspeito de estuprar a própria filha

A Polícia Civil, por meio da Delegacia Especial da Mulher de Bacabal, pertencente a 16ª Delegacia Regional de Bacabal, deu cumprimento na data de ontem, 27/05, ao mandado de prisão preventiva expedido pela Comarca de Bacabal contra um homem suspeito de praticar vários estupros contra sua própria filha, hoje com 17 anos.

Segundo as investigações, os abusos iniciaram quando a vítima tinha onze anos de idade e perduraram por seis anos, sempre mediante ameaças de morte.

Após a ocorrência de mais uma relação sexual forçada, a vítima acionou a polícia civil de Bacabal e descreveu os fatos, bem como apresentou uma vestimenta na qual havia sêmen do abusador.

A vestimenta foi encaminhada ao ICRIM de São Luís, para que sejam coletadas amostras de material genético do suspeito.

A Delegacia Especial da Mulher, por meio da Dra. Maria Augusta, solicitou a prisão preventiva do suspeito, sendo atendida pela 1ª Vara Criminal da Comarca de Bacabal.

O suspeito foi preso nesta quinta-feira (27/05) e foi encaminhado à unidade prisional de Bacabal, onde permanecerá, à disposição da Justiça.

Em conversa com o repórter Romário Alves, o suspeito afirmou que foi surpreendido com sua prisão, negou os abusos e explicou que a filha fez a denúncia motivada por ter quebrado o celular dela.

“Eu encontrei umas coisas no celular dela e o quebrei. Ela se revoltou comigo e inventou essa história”, alegou o suspeito dentro do camburão da viatura da polícia civil.

Fonte: canal de Romário Alves de Bacabal

Juiz Douglas Martins não gostaria, mas diz que, se preciso for, fecha o estado novamente para conter covid-19

30/05/2021 00:00:00

O Maranhão vai fechar novamente para tentar conter a pandemia de covid-19?. Autor das primeiras medidas, ainda 2020, que restringiram as atividades de comércio, suspenderam aulas (que nunca mais retornaram), serviços públicos e eventos, o juiz Douglas Martins, titular da Vara de Interesses Difusos e Coletivos de São Luís, em entrevista à revista Maranhão Hoje, volta a defender endurecimento das regras para o setor econômico, caso os números da infecção continuem subindo.

Douglas Martins fala ainda da excessiva demanda do Judiciário pela classe política, de governo e de oposição, e diz que muitos desses conflitos poderiam ficar restritos ao campo da política.

Pressionado, Dino cancela reunião eleitoral que faria em meio ao agravamento da pandemia

Decisão foi tomada 24 horas após o ATUAL7 mostrar que comunista mantinha a aglomeração na agenda
30/05/2021 10h28min min

O governador Flávio Dino (PCdoB) cancelou a reunião eleitoral que faria com lideranças partidárias e políticas nesta segunda-feira (31), em meio à escada da pandemia do novo coronavírus no Maranhão, principalmente em São Luís, onde a ocupação de leitos para pacientes com Covid-19 na rede hospitalar pública e privada está em colapso.

A decisão foi confirmada pelo comunista ao jornalista Ribamar Corrêa, 24 horas após o ATUAL7 mostrar que Dino ainda mantinha a aglomeração na agenda. A reunião aconteceria no Palácio dos Leões, e cerca de 30 pessoas estavam previstas de participar.

“A prioridade total é o combate ao coronavírus”, respondeu o chefe do Executivo estadual ao Repórter Tempo.

O objetivo da reunião, remarcada para o final de junho, tem como foco discutir as eleições de 2022, com encaminhamentos de Flávio Dino sobre sua própria sucessão e sua pré-candidatura ao Senado Federal na chapa a ser encabeçada pelo hoje vice-governador Carlos Brandão (PSDB).

O cancelamento da aglomeração eleitoral ocorreu somente após chefes de outros poderes e de instituições independentes, como Tribunal de Justiça, Assembleia Legislativa, Câmara Municipal de São Luís e Ministério Público do Maranhão suspenderem suas atividades presenciais a partir de amanhã.

Sozinho e pressionado, Dino foi obrigado a adiar.

Othelino Neto cumpre agenda intensa e abrangente, mostrando fôlego de quem pode ir mais longe

Momentos da agenda de Othelino Neto.

Num cenário agitado por conta dos estragos feitos pelo novo coronavírus e no qual a classe política começa a se mover efetivamente para as eleições gerais de 2022, notadamente os candidatos a governador, uma movimentação diferenciada vem chamando a atenção, a do presidente da Assembleia Legislativa, deputado Othelino Neto (PCdoB). Chefe do mais político dos Poderes, alinhado ao governador Flávio Dino (PCdoB), o parlamentar vem cumprindo uma agenda bem mais abrangente do que normalmente é cumprida por um deputado estadual, causando a impressão de que ele batalha pela reeleição, mas também motivado pela perspectiva de que seu destino nas urnas poderá ser outro.

Othelino Neto vem surpreendendo pela habilidade política com que preside o parlamento estadual, pela normalidade que mantém nas relações, nem sempre afinadas, com os Poderes Executivo e Judiciário, e pelos passos políticos que vem dando como um dos principais articuladores do projeto de candidatura do senador Weverton Rocha (PDT) ao Governo do Estado, sem criar uma situação de tensão com o vice-governador Carlos Brandão (PSDB). O contexto em que se movimenta o obriga a operar diretamente em várias frentes, como presidente do Poder Legislativo, como deputado estadual que visa prioritariamente a reeleição, como integrante de uma corrente que tem um projeto de poder, e como um político jovem que aproveitou com inteligência e sagacidade as oportunidades que lhe apareceram e ganhou estatura e se tornou opção para projetos mais arrojados.

A agenda que cumpriu em Maio confirma a posição diferenciada que conseguiu. Na Terça-Feira, por exemplo, participou, em Brasília, de mais uma reunião do núcleo central da pré-candidatura do senador Weverton Rocha. Na Quinta-Feira, participou, no Palácio dos Leões, de reunião com o governador Flávio Dino e o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Lourival Serejo, para definir medidas restritivas preventivas contra o risco de uma nova onda da pandemia no Maranhão. Nesse sentido, editou Resolução Administrativa suspendendo todas as atividades do Poder Legislativo até o dia 4 de Junho. Ao longo do mês de maio, cumpriu uma agenda em regime de maratona, sem prejuízo das atividades do parlamento.

No dia 03/05, Othelino Neto iniciou a maratona de compromissos no Palácio dos Leões, participando, ao lado do governador Flávio Dino, de ato de entrega de 12 mil cestas básicas do Programa Comida na Mesa, do qual participaram também os deputados estaduais Wendell Lages (PMN), Thaiza Hortegal (PP), Paulo Neto (DEM) e Ana do Gás (PCdoB). No dia 05/05, reuniu-se com o governador Flávio Dino, no Palácio dos Leões, para definir a ordem de prioridade dos projetos do Poder Executivo que constam da pauta da Assembleia Legislativa. Em 10/05, participou da festa dos 97 anos de São Francisco do Maranhão, entregando ali equipagens esportivas a atletas amadores, e anunciando recursos para a pavimentação de 4 km de ruas. Em 11/05, recebeu o prefeito de Santa Inês, Felipe dos Pneus, com quem discutiu ações para o município, um dos mais importantes do estado.

No dia 12/05, promulgou duas estaduais, as leis 11.470/21 e 11.361/21, ambas de natureza tributária, oriundas de Medidas Provisórias do Poder Executivo. Na mesma data, reuniu-se com o governador Flávio Dino e os prefeitos Toca Serra, de Pedro do Rosário, e Paulo Curió, de Turilândia, em busca de apoio para os municípios nas áreas da saúde, educação e infraestrutura. Em 14/05, tratou com o secretário de Estado das Cidades e Desenvolvimento Urbano (Secid), Márcio Jerry, sobre a execução de emendas parlamentares. No dia 17/05, participou, no Palácio dos Leões, demais uma entrega de 12 mil cestas básicas, dessa vez para 11 municípios.

No dia 20/05, Othelino Neto (PCdoB) cumpriu agenda em Santa Helena, onde entregou cestas básicas e kits esportivos, adquiridos por meio de emenda parlamentar. No mesmo dia, a maratona prosseguiu em Tuirilândia, com a entrega de cestas básicas e de kits de equipagens esportivas. Já em 21/05, participou da inauguração de escola em Olho d'Água das Cunhãs. No dia 24/05 participou, no Palácio dos Leões, de mais uma etapa do programa Comida na Mesa. E em 26/05, Othelino Neto voltou ao Palácio dos Leões para reunião com o governador Flávio Dino em favor de Peri-Mirim e São Vicente Férrer.

Quem cumpre uma agenda com essa dimensão e esse alcance está cacifado para disputar mandatos nos níveis estadual e federal. O presidente da Assembleia Legislativa trabalha para ter uma reeleição segura, mas com disposição de dar um salto bem mais alto. Os próximos saltos indicarão o rumo.

Da Coluna Repórter Tempo/Ribamar Corrêa.

TJ mantém decisão que reconduziu Calvet Filho em Rosário

maio 30, 2021

O desembargador Marcelo Carvalho, do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), indeferiu nesta sexta-feira, 28, um pedido da Câmara Municipal de Rosário e manteve decisão da juíza Karine Lopes de Castro, titular da 1ª Vara da Comarca de Rosário, que determinou o retorno do prefeito da cidade, Calvet Filho (PSC), ao cargo.

Ele havia sido afastado há pouco mais de uma semana passada, por decisão da Câmara Municipal. Mas retornou após despacho da magistrada na segunda-feira, 24.

Ao recorrer, a Câmara, presidida pelo vereador Carlos do Remédio (PCdoB), tentava reaver os efeitos do julgamento de cassação de Calvet.

Entenda o caso

Na decisão agora mantida pelo TJMA, a juíza Karine Lopes deu razão aos três principais argumentos da defesa do prefeito de Rosário: de que os vereadores descumpriram o rito regimental ao dar um único voto, cada, para todas as acusações contra o gestor; ao votar nominalmente, quando a votação deveria ser secreta; e ao se permitir que o presidente votasse mesmo sem ter havido necessidade de voto de minerva - o que acabou contribuindo para que se chegasse aos 2/3 de votos exigidos para a cassação.

“Assim, DEFIRO a tutela de urgência pleiteada pelo autor, em caráter liminar, e determino a suspensão dos efeitos da votação ocorrida na sessão extraordinária no 006/2021, realizada no dia 19/05/2021 e suas consequências, sobretudo a cassação dos mandatos de Prefeito Municipal do Município de Rosário. Com tal fundamento, determino a suspensão do Decreto Legislativo no 02 de 19/05/2021 (Id. 46067190) e do termo especial de compromisso e posse do prefeito interino do município de Rosário, ocorrida na Sessão Extraordinária ocorrida em 19/05/2021 (Id. 46067188) e os demais atos subsequentes e concatenados, reflexos da cassação”, decidiu a magistrada.

TJ mantém decisão que reconduziu Calvet Filho em Rosário

maio 30, 2021

O desembargador Marcelo Carvalho, do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), indeferiu nesta sexta-feira, 28, um pedido da Câmara Municipal de Rosário e manteve decisão da juíza Karine Lopes de Castro, titular da 1ª Vara da Comarca de Rosário, que determinou o retorno do prefeito da cidade, Calvet Filho (PSC), ao cargo.

Ele havia sido afastado há pouco mais de uma semana passada, por decisão da Câmara Municipal. Mas retornou após despacho da magistrada na segunda-feira, 24.

Ao recorrer, a Câmara, presidida pelo vereador Carlos do Remédio (PCdoB), tentava reaver os efeitos do julgamento de cassação de Calvet.

Entenda o caso

Na decisão agora mantida pelo TJMA, a juíza Karine Lopes deu razão aos três principais argumentos da defesa do prefeito de Rosário: de que os vereadores descumpriram o rito regimental ao dar um único voto, cada, para todas as acusações contra o gestor; ao votar nominalmente, quando a votação deveria ser secreta; e ao se permitir que o presidente votasse mesmo sem ter havido necessidade de voto de minerva - o que acabou contribuindo para que se chegasse aos 2/3 de votos exigidos para a cassação.

“Assim, DEFIRO a tutela de urgência pleiteada pelo autor, em caráter liminar, e determino a suspensão dos efeitos da votação ocorrida na sessão extraordinária no 006/2021, realizada no dia 19/05/2021 e suas consequências, sobretudo a cassação dos mandatos de Prefeito Municipal do Município de Rosário. Com tal fundamento, determino a suspensão do Decreto Legislativo no 02 de 19/05/2021 (Id. 46067190) e do termo especial de compromisso e posse do prefeito interino do município de Rosário, ocorrida na Sessão Extraordinária ocorrida em 19/05/2021 (Id. 46067188) e os demais atos subsequentes e concatenados, reflexos da cassação”, decidiu a magistrada.

APÓS REQUERIMENTO DA OAB, TJMA PROGRAMA RETORNO DO ATENDIMENTO PRESENCIAL PARA O MÊS DE MAIO

Atendendo a um requerimento da OAB Maranhão, o Tribunal de Justiça do Estado expediu a PORTARIA-GP - 3192021 determinando o retorno do atendimento presencial nas unidades judiciárias e administrativas do Poder Judiciário maranhense para advocacia e jurisdicionados, já a partir do mês de maio.

Assim, a partir de maio, as unidades judiciárias e administrativas do Poder Judiciário maranhense retornarão ao trabalho presencial, no horário das 8h às 15h, respeitado o limite máximo de 25% (vinte e cinco por cento) dos seus quadros.

Na manhã de 27/04, a OAB Maranhão, por meio da sua Procuradoria Estadual de Defesa das Prerrogativas, encaminhou o ofício OF. Nº 44/2021-GP ao Presidente do TJMA solicitando o retorno dos atendimentos presenciais aos advogados, advogadas e jurisdicionados, no Poder Judiciário Maranhense, a partir do próximo dia 03 de maio, primeiro dia útil, após fim do prazo de suspensão previsto na Portaria-GP-2812021.

No ofício encaminhado ao TJ, a Seccional da Ordem apontou que o avanço da campanha de vacinação, que já alcançou considerável parte do grupo de risco em nosso Estado, aliada a queda nos números de óbitos e internações tanto de hospitais particulares quanto públicos, permite o retorno das atividades presenciais no âmbito do Poder Judiciário.

Da mesma forma a Portaria assegura que o atendimento presencial, restrito aos profissionais da área jurídica, dar-se-á no horário das 8h às 13h, mediante agendamento prévio junto à unidade judiciária ou administrativa.

“Muito importante o acolhimento deste pleito da OAB Maranhão pelo Poder Judiciário. Ganha a advocacia e a sociedade em geral com o retorno das atividades presenciais nas unidades judiciárias, tendo em vista que o déficit gerado na prestação jurisdicional decorrente do longo período de suspensão do atendimento presencial aos advogados e jurisdicionados maranhenses é muito grande”, observou o presidente da OAB Maranhão Thiago Diaz.

Levantamento da Justiça estadual revela escalada da produtividade em trabalho remoto

Publicado 29/05/2021 07:05:52

A Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão (CGJ-MA) monitorou o desempenho dos juízes e servidores da Justiça estadual de primeiro grau nos períodos de trabalho remoto - no início da pandemia de coronavírus, em março e abril de 2020 e o mesmo período de 2021, na fase mais crítica da crise sanitária no Brasil, e apurou que a produtividade foi superior em pelo menos 50%, na maioria dos atos praticados por juízes e servidores.

A análise foi feita pelo corregedor-geral da Justiça, desembargador Paulo Velten, ao comparar os dados e informações sobre o quantitativo dos serviços judiciários praticados a distância por magistrados e serventuários, no período de 8 de março a 30 de abril de 2021, comparado ao mesmo período de 2020, que demonstram a escalada da produção de atos judiciais e processuais, apesar das limitações impostas ao atendimento da demanda pelas medidas restritivas de controle da Covid-19.

De acordo com os dados extraídos do relatório da Divisão de Estatística da CGJ-MA, os percentuais da produtividade relacionadas aos atos praticados por magistrados e servidores, por meio virtual, em 2021 superaram os de 2020, em todas as atividades realizadas, até mesmo quando comparados aos percentuais dos anos anteriores à pandemia, quando o Judiciário funcionava em condições normais de trabalho.

PRODUTIVIDADE

Dentre os atos executados em conjunto pelos juízes de Direito e servidores, no mesmo período de trabalho remoto 2021/2020, houve aumento percentual de 50,26% nos que estão relacionados às audiências e sessões do Tribunal do Júri e de 50,02% na produção dos julgamentos, decisões e despachos. Nos julgamentos, decisões e despachos, exclusivos de juízes, o percentual foi de 13,92% e de 55,18% nos atos praticados somente por servidores.

Em números, essas estatísticas representam o incremento da produtividade de juízes e servidores, virtualmente, com 2.771.691 atos, audiências e sessões do júri; 2.749.184 atos, julgamentos, decisões e despachos e 262.123 atos exclusivos de magistrados e 2.477.061 atos exclusivos de serventuários. Um dos melhores resultados nos índices da produtividade foi obtido na realização das audiências e sessões do Tribunal do Júri Popular: 22.507 em 2021, contra 11.874 em 2020 - um aumento percentual de 89.55%.

PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO

De acordo com o relatório, o trabalho remoto do ano de 2021 (08/03 a 30/04/2021) coincidiu, em boa parte, com o período de trabalho remoto do ano de 2020 (23/03 a 30/06/2020). Em termos gerais, a produtividade no período do teletrabalho ainda foi maior que a registrada nos anos de 2018 e 2019, no mesmo período avaliado. Dentre os fatores que contribuíram para a melhoria do desempenho, foram apontados o avanço na implantação do Processo Judicial Eletrônico (PJe) nas comarcas, a nomeação de novos juízes e uso das ferramentas eletrônicas no serviço remoto, como a videoconferência, e os assistentes virtuais, que automatizaram aos usuários.

Para o corregedor Paulo Velten, esse desempenho demonstra o compromisso de magistrados e serventuários com a entrega da prestação jurisdicional para superar os entraves diante do cenário da pandemia, quando a maioria das comarcas do Estado trabalhou enfrentando situações adversas e boa parte delas foi obrigada a suspender o atendimento presencial após a contaminação por coronavírus dos seus colaboradores.

Do início da pandemia, até o dia 30 de março, a contaminação pela Covid-19 foi a causa apontada no afastamento de 676 servidores e 25 magistrados (desembargadores e juízes) das atividades na Justiça estadual, com 16 óbitos registrados até aquela data, segundo registros da Divisão Médica do Tribunal de Justiça informados no dia 30 de abril à CGJ-MA.

SUSPENSÃO DAS ATIVIDADES PRESENCIAIS

Em razão do recrudescimento das ocorrências, a presidência do Tribunal de Justiça determinou, na Portaria-GP - 382/2021, de 28 de maio, que a partir de segunda-feira, 29, até o dia 6 de junho, as unidades administrativas e judiciárias voltarão a funcionar somente em trabalho remoto de juízes e servidores, no horário das 8h às 18h. Com essa medida, estão suspensas as audiências e sessões presenciais, sendo realizadas apenas pelo sistema de videoconferência, com o auxílio de assistentes e gabinetes virtuais por meios eletrônicos de comunicação com as partes processuais.

Enquanto durar a suspensão do atendimento presencial previsto no artigo 1º da Portaria, permanece assegurado o atendimento das partes e dos profissionais da área jurídica por meio do "Balcão Virtual" e por outros mecanismos de comunicação eletrônica, disponibilizados nos endereços do Tribunal de Justiça e Corregedoria Geral da Justiça na internet.

“Com essa nova suspensão das atividades presenciais, seguimos apostando no compromisso republicano de juízes e servidores com a máxima produtividade possível e a garantia de atendimento aos advogados, profissionais que representam à sociedade perante o Judiciário”, afirmou o corregedor.

A adoção da medida considerou que a elevação de casos de Covid-19 já provocou a suspensão do expediente forense por juízes de diversas comarcas do interior e da Região Metropolitana de São Luís. Além disso, levou em conta as altas taxas de ocupação de leitos de UTI no Estado, conforme os informes epidemiológicos divulgados pelas autoridades da saúde.

Fonte: Assessoria de Comunicação Corregedoria-Geral da Justiça

PORTARIA SUSPENDE ATIVIDADES PRESENCIAIS NO ÂMBITO DO PODER JUDICIÁRIO DO MARANHÃO DE 29 DE MAIO A 6 DE JUNHO

Expediente remoto do Judiciário maranhense funcionará das 8h às 18h, sendo vedada a realização de audiências e sessões presenciais, mantidas as audiências e sessões virtuais. O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Lourival Serejo, resolveu suspender todas as atividades presenciais, judiciais e administrativas, no âmbito do Poder Judiciário do Maranhão, no período compreendido entre os dias 29 de maio e 6 de junho de 2021, por meio da Portaria-GP - 3822021. De acordo com a Portaria, as unidades administrativas e judiciárias funcionarão remotamente, das 8h às 18h, sendo vedada a realização de audiências e sessões presenciais, mantidas as audiências e sessões virtuais. A Portaria-GP - 3822021 foi assinada pelo presidente, considerando, dentre outras situações, que a contaminação pela Covid-19 já provocou a suspensão do expediente forense em diversas comarcas do Maranhão, bem como em unidades judiciárias da Comarca da Ilha de São Luís. O desembargador Lourival Serejo levou em consideração a elevação de casos de Covid-19 e a alta ocupação de leitos de UTI no Maranhão, conforme evidenciam os informes epidemiológicos divulgados pelas autoridades estaduais de Saúde, assim como a necessidade de resguardar a saúde de todos os magistrados, servidores, estagiários, colaboradores e demais usuários dos serviços judiciários. Leia a íntegra da Portaria-GP - 3822021 com mais informações sobre plantão judiciário, expedição e cumprimento de mandados, suspensão de prazos de processos físicos judiciais e administrativos e fatos relacionados a outras atividades, no site do TJ. (Fonte: tjma.jus)

Covid-19: TJ-MA e Assembleia Legislativa suspendem atividades presenciais

O aumento de casos de Covid-19 na capital maranhense fez as autoridades tomarem essa medida

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Lourival Serejo, resolveu suspender todas as atividades presenciais, judiciais e administrativas, no âmbito do Poder Judiciário do Maranhão, no período compreendido entre os dias 29 de maio e 6 de junho de 2021, por meio da Portaria-GP - 3822021.

De acordo com a Portaria, as unidades administrativas e judiciárias funcionarão remotamente, das 8h às 18h, sendo vedada a realização de audiências e sessões presenciais, mantidas as audiências e sessões virtuais.

A Assembleia Legislativa do Maranhão também decidiu suspender o expediente presencial na Casa, a partir da próxima segunda-feira (31) até o dia 4 de junho. A suspensão temporária das atividades decorre do aumento do número de casos de internações pela Covid-19 na Grande Ilha de São Luís, além da possibilidade de esgotamento de leitos na rede de saúde.

De acordo com a Resolução Administrativa 459/2021, publicada no Diário Oficial do Poder Legislativo de quinta-feira (27), ficam temporariamente suspensos os serviços internos, as sessões ordinárias e extraordinárias, as reuniões das Comissões Permanentes, Temporárias e demais reuniões.

Justiça revoga liminar para reintegração de posse no Olho d'Água, em São Luís

Cerca de 500 famílias moram no terreno do Parque Bela Vista há pelo menos seis meses.

Fonte: Luciene Vieira

Data de publicação: 30/05/2021

Moradores reivindicam suas permanências nas terras pleiteadas pela imobiliária (Foto: Gilson Ferreira)

A população da comunidade Parque Bela Vista, na Avenida Uruguai, no bairro do Olho d'Água, em São Luís, foi beneficiada com a anulação da Justiça sobre uma liminar de reintegração de posse das terras reivindicadas por uma empresa do ramo imobiliário, que deveria acontecer na manhã de quinta-feira (27).

Cerca de 500 famílias moram no terreno do Parque Bela Vista há pelo menos seis meses. De acordo o blogueiro Júnior Araújo, que mora no local, o promotor de Justiça da Capital Haroldo Paiva Brito é quem está na defesa dos moradores.

Júnior informou também que a revogação saiu na manhã quinta-feira, pouco antes do cumprimento da reintegração de posse. "Estamos felizes pela decisão da Justiça, vamos continuar aqui", informou Júnior Araújo.

Os moradores do local disseram que no cartório não há nenhum registro das terras no nome da empresa que reivindica por elas. "Só houve o interesse de empresários por este terreno, depois da ocupação. Acreditamos que o verdadeiro dono nem no Brasil more. Mas, confiamos de que essas terras não sejam da imobiliária que entrou com o pedido de reintegração de posse", disseram os moradores do local.

MARANHÃO HOJE - ED. 97 - MAIO 2021

por Maranhão Hoje -29 de maio de 2021

LEIA EM MARANHÃO HOJE

A edição de número 97 da revista Maranhão Hoje tem como principal destaque uma entrevista com o juiz Douglas Martins, titular da Vara de Interesses Difusos e Coletivos de São Luís, autor das medidas mais restritivas desde o início da pandemia, em que volta a defender endurecimento das regras para funcionamento do comércio, empresas de eventos e outras atividades. Douglas Martins fala ainda da excessiva demanda do Judiciário pela classe política, de governo e de oposição.

Juizado de Pinheiro abre seleção para financiamento de projetos sociais

30/05/2021 04:04:00

O Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Pinheiro convoca instituições públicas ou privadas com finalidade social para participarem de seleção de Projetos Sociais para a obtenção de recursos financeiros oriundos das prestações pecuniárias, das composições civis, das transações penais e da suspensão condicional do processo.

As entidades deverão apresentar projetos para financiamento, desde que preencham rigorosamente a todos os requisitos observados no Edital JECECO - 3/202, publicado pela juíza Tereza Cristina Franco Palhares Nina, titular do juizado, em 27 de maio. A divulgação dos resultados será pelo Portal do Poder Judiciário (www.tjma.jus.br), Diário Oficial e mural do Juizado Especial Cível e Criminal.

As inscrições para a seleção de Projetos Sociais serão realizadas no período de 1º de junho a 30 de junho, na sede do Juizado Especial Cível e Criminal, situado na Praça José Sarney, s/n - Centro - Fórum Desembargador José Maria Marques - Fone: (98) 3381-8276 / (98) 99813197).

Os projetos deverão ter um orçamento máximo de R\$ 15 mil. Não serão financiadas despesas como pagamento de recursos humanos, alugueis, transporte e de serviços de fornecimento de água, energia, telefone, internet. O financiamento previsto se dará até o limite da disponibilidade orçamentária resultante das transações penais.

CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

Podem concorrer pessoas jurídicas ou privadas sem fins lucrativos e regularmente constituídas, desde que possuam pelo menos um ano de funcionamento; sede própria em Pinheiro; desenvolvam ações continuadas de caráter social nas áreas da assistência social; educação; trabalho e renda; saúde; esporte; lazer; cultura e meio ambiente; sejam prioritariamente entidades parceiras no recebimento/acolhimento de cumpridores de prestação de serviços à comunidade e apresentem projetos compatíveis com os requisitos exigidos no edital.

Também poderão se candidatar instituições com projetos que atendam o público que cumpre medida educativa no juizado e beneficiário da Transação Penal de prestação de serviço à comunidade, por determinação do juizado e entidades que demonstrem em sua finalidade social a execução de políticas públicas destinadas às pessoas em situação de vulnerabilidade social.

DOCUMENTAÇÃO

A inscrição só poderá ser efetuada com a entrega da seguinte documentação: Ata de fundação registrada em cartório, Estatuto Social, CNPJ, Ata da última eleição da Diretoria registrada em Cartório; relação de nomes dos membros da diretoria assinada pelo (a) Presidente (a); cópia do CPF e RG do Presidente (a); comprovante de endereço, telefones celular e fixo para contato; Projeto de acordo com o anexo I deste Edital;

No caso da entidade atender adolescente, apresentar comprovação de registro junto ao CMDCA (Conselho Municipal da Criança e do Adolescente) e o Atestado de Existência e Regular Funcionamento expedido pela Promotoria de Justiça Especializada ou Fundações e Entidades de Interesse Social (facultativo).

As formalizações dos convênios serão feitas após a visita técnica da assistente social do Fórum de Pinheiro, que terá o objetivo de verificar a viabilidade do projeto apresentado. Entidades beneficiadas deverão prestar contas dos bens recebidos à juíza de direito do Juizado Especial Cível e Criminal, até sessenta dias após o repasse, ainda que o projeto não tenha sido concluído. Caso não cumpra este prazo estará automaticamente suspensa a sua participação nos próximos editais.

Desembargador José de Ribamar Castro é o plantonista de 2º Grau neste fim de semana

29/05/2021 13:01:00

O desembargador José de Ribamar Castro é o plantonista de 2º Grau da Justiça estadual desta sexta-feira (28) até domingo (30), período em que serão recebidas apenas demandas urgentes, nas esferas Cível e Criminal, incluindo pedidos de habeas corpus, mandados de segurança, medidas cautelares (por motivo de grave risco à vida e à saúde das pessoas), decretação de prisão provisória, entre outros.

Os servidores plantonistas são Jamil Aguiar da Silva Júnior e Renata Everton Durans. O telefone celular disponibilizado para contato no 2º Grau é o (98) 98815-8344. O serviço funciona em regime de sobreaviso.

A partir da segunda-feira, no período de 31 de maio a 6 de junho, o desembargador Josemar Lopes Santos é que responderá pelo Plantão Judicial de 2ª Instância.

A escala de plantão dos desembargadores, servidores e oficiais de justiça plantonistas do Tribunal de Justiça do Maranhão está publicada no Portal do Judiciário, em "Plantão de 2º Grau".

SÃO LUÍS

No 1º Grau - Comarca da Ilha -Os juízes Douglas de Melo Martins (Vara de Interesses Difusos e Coletivos) e Reginaldo de Jesus Cordeiro Júnior (1ª Vara de Paço do Lumiar) respondem, respectivamente, pelos plantões cível e criminal da Comarca da Ilha de São Luís. Quem auxilia os magistrados no plantão deste final de semana são as servidoras Marcela Correa (10ª Vara Cível de São Luís) e Liriam Samizava (1ª Vara de Paço do Lumiar).

Antes de dirigir-se ao local de atendimento, deve-se entrar em contato com as servidoras plantonistas pelos telefones celulares (98) 98811-2153 (Cível) e (98) 98802-7484 (Criminal). O plantão funciona para recebimento somente de demandas urgentes.

Já o plantão para regis

Desembargador José de Ribamar Castro é o plantonista de 2º Grau neste fim de semana

29/05/2021 13:01:00

O desembargador José de Ribamar Castro é o plantonista de 2º Grau da Justiça estadual desta sexta-feira (28) até domingo (30), período em que serão recebidas apenas demandas urgentes, nas esferas Cível e Criminal, incluindo pedidos de habeas corpus, mandados de segurança, medidas cautelares (por motivo de grave risco à vida e à saúde das pessoas), decretação de prisão provisória, entre outros.

Os servidores plantonistas são Jamil Aguiar da Silva Júnior e Renata Everton Durans. O telefone celular disponibilizado para contato no 2º Grau é o (98) 98815-8344. O serviço funciona em regime de sobreaviso.

A partir da segunda-feira, no período de 31 de maio a 6 de junho, o desembargador Josemar Lopes Santos é que responderá pelo Plantão Judicial de 2ª Instância.

A escala de plantão dos desembargadores, servidores e oficiais de justiça plantonistas do Tribunal de Justiça do Maranhão está publicada no Portal do Judiciário, em "Plantão de 2º Grau".

SÃO LUÍS

No 1º Grau - Comarca da Ilha -Os juízes Douglas de Melo Martins (Vara de Interesses Difusos e Coletivos) e Reginaldo de Jesus Cordeiro Júnior (1ª Vara de Paço do Lumiar) respondem, respectivamente, pelos plantões cível e criminal da Comarca da Ilha de São Luís. Quem auxilia os magistrados no plantão deste final de semana são as servidoras Marcela Correa (10ª Vara Cível de São Luís) e Liriam Samizava (1ª Vara de Paço do Lumiar).

Antes de dirigir-se ao local de atendimento, deve-se entrar em contato com as servidoras plantonistas pelos telefones celulares (98) 98811-2153 (Cível) e (98) 98802-7484 (Criminal). O plantão funciona para recebimento somente de demandas urgentes.

Já o plantão para regis

Mais de 6 mil processos físicos do TJMA já foram virtualizados

29/05/2021 21:00:00

O Tribunal de Justiça do Maranhão, por meio da Diretoria Judiciária e Divisão de Digitalização e Virtualização de Processos Judiciais no 2º Grau, virtualizou mais de 6 mil processos físicos do acervo existente no Tribunal - que é de aproximadamente 30 mil processos - para o PJe 2º Grau.

De acordo com a diretora judiciária, Denyse Batista, todo o acervo será migrado em breve para o ambiente eletrônico PJe de 2º Grau, por determinação do presidente do TJMA, desembargador Lourival Serejo.

"O projeto de digitalização e migração dos processos físicos no 2º Grau tornou-se uma das prioridades do presidente e, assim, atendendo a todos os cuidados que demandam o distanciamento social, em razão da pandemia pela Covid-19, pretendemos migrar, até o final deste ano, todos os processos físicos do acervo do TJMA para o meio digital", estima Denyse Batista.

Outra novidade recente é que, desde o dia 15 de maio passado, o TJMA não recebe mais recursos criminais em formato físico, somente em formato eletrônico.

DIGITALIZAÇÃO E PJe

No final de novembro do ano passado, o presidente Lourival Serejo assinou a Portaria-GP - 10272020, que regulamenta a digitalização dos processos físicos em tramitação no 2º Grau de Jurisdição do Tribunal de Justiça do Maranhão e sua inserção no Sistema Processual Eletrônico-PJe.

"Inicialmente, virtualizamos os processos em trâmite na Coordenadoria de Recursos Constitucionais. Hoje, essa Coordenadoria trabalha 100% em ambiente eletrônico, inclusive digitalizando e virtualizando os processos ainda recebidos em suporte físico", explica a diretora judiciária.

Em março de 2021, foi migrado para o sistema de PJe de 2º Grau todo o acervo de processos em tramitação na 5ª Câmara Cível, explicou a diretora.

"Até o final de maio, esperamos virtualizar todo o acervo de processos da 1ª Câmara Cível", indica Denyse Batista.

FRENTES

Existem duas frentes de trabalho: uma equipe de higienização e digitalização; e outra equipe de migração dos processos para o meio digital.

A Portaria-GP - 10272020 disciplina todos os procedimentos. O projeto de digitalização e virtualização do acervo de processos em suporte físico para o eletrônico é coordenado, concomitantemente, pelas Diretorias Judiciária e de Informática e pela Coordenação do Processo Judicial Eletrônico.

O projeto teve início com a inserção, no sistema PJe-2º Grau, dos processos remetidos em grau de recurso aos Tribunais Superiores, cujos autos físicos se encontravam na Coordenadoria de Recursos Constitucionais, aguardando decisão.

Na sequência, foi a vez de iniciar a digitalização do acervo dos autos físicos nos gabinetes dos desembargadores. Cabe ao gabinete responsável pelo acervo dos autos a serem digitalizados, a separação e a organização deles em lotes de até 100 processos, para encaminhamento à Divisão de Digitalização e Virtualização de Processos Judiciais no 2º Grau.

OUTRAS PORTARIAS

A digitalização e virtualização de processos do Judiciário maranhense também atende a outras normas. Em 2020, foi editada a Portaria-Conjunta - 212020, que dispõe sobre a obrigatoriedade de digitalização e virtualização dos processos judiciais de natureza cível ainda em tramitação em meio físico, para a instalação do Sistema Processo Judicial eletrônico (PJe) do 1º Grau do Poder Judiciário do Estado do Maranhão pelas unidades jurisdicionais que utilizam essa tecnologia, para fins de remessa dos autos ao Tribunal de Justiça, em formato eletrônico, de modo a viabilizar o processo e julgamento de recurso de Apelação e/ou Remessa Necessária em meio digital.

E a Portaria-Conjunta - 112021 dispõe sobre a obrigatoriedade de virtualização dos processos judiciais de natureza criminal ainda em tramitação em meio físico para a instalação do Sistema Processo Judicial eletrônico (PJe) do 1º Grau do Poder Judiciário do Estado do Maranhão pelas unidades jurisdicionais para fins de remessa dos autos ao Tribunal de Justiça, em formato eletrônico, para processo e julgamento dos recursos de natureza criminal, e dá outras providências.

Pindaré-Mirim recebe Unidade Interligada de Registro Civil de Nascimento

30/05/2021 05:05:00

O Município de Pindaré-Mirim recebeu nesta quinta-feira (27), em solenidade virtual, a instalação da Unidade de Registro Civil de Nascimento, que funciona na Maternidade Governador José Sarney. A unidade interligada de Pindaré-Mirim, a exemplo das outras unidades, vai possibilitar a emissão e a entrega da Certidão de Nascimento aos pais da criança recém-nascida ainda na maternidade. A iniciativa faz parte de um conjunto de ações que constituem a política de combate e erradicação do sub-registro civil de nascimento no Maranhão. A unidade de Pindaré é a 36ª em funcionamento no Maranhão.

A instalação, por videoconferência, contou com a participação do corregedor-geral da Justiça do Maranhão, desembargador Paulo Velten; do secretário de Estado dos Direitos Humanos e Participação Popular do Maranhão, Francisco Gonçalves; do secretário de Finanças de Pindaré-Mirim, Luís Ribeiro, representando o prefeito Alexandre Colares; do juiz auxiliar da Corregedoria Geral da Justiça e supervisor do Núcleo de Registro Civil e Acesso à Documentação Básica, Anderson Sobral; e do juiz titular da Vara Única da Comarca de Pindaré-Mirim, João Vinicius Aguiar dos Santos.

Também integraram a solenidade de inauguração o presidente da Câmara Municipal, Antônio Lopes; o secretário de saúde de Pindaré-Mirim, Jakson Gomes; o presidente da Associação de Registradores de Pessoas Naturais, Devanir Garcia; a cartorária do 2º Ofício de Pindaré-Mirim, Isis Dequech; o diretor da Maternidade Governador José Sarney, Dogival Júnior; o assistente social integrante do Centro de Referência de Assistência Social, responsável pelo setor do cadastro único, Rafael Ribeiro; e a representante do Conselho Tutelar de Pindaré-Mirim, Cristiane Freitas;

De início, a cartorária Isis Dequech agradeceu o apoio de todos os envolvidos na instalação da unidade. "Foi um trabalho que contou com a colaboração incansável de todos, a exemplo da secretaria municipal de saúde e da Prefeitura Municipal de Pindaré-Mirim", disse ela.

Devanir Garcia, da Associação de Registradores de Pessoas Naturais, destacou a quantidade de unidades em todo o Estado. "Não imaginávamos que iríamos tão longe. Além de Pindaré-Mirim, que hoje recebe esta unidade, vários municípios estão em fase de implantação, e assim a gente consegue estancar o problema do sub-registro em nosso Estado. Esse convênio entre os órgãos constituídos tem dado muito resultado e essa unidade poderá servir a outros municípios da região".

ESFORÇO CONJUNTO

O juiz João Vinicius Santos ressaltou a importância de todos nesse projeto, haja vista que é algo que trará dignidade e respeito para todos na comarca e que se refletirá, inclusive, nas demandas judiciais.

Francisco Gonçalves, secretário de Estado de Direitos Humanos, enfatizou o esforço de todos: "Estamos vivendo

um momento difícil, dentro de uma pandemia, e esse esforço de todos deve ser celebrado, devemos comemorar cada vitória, e uma das vitórias é exatamente a ampliação dessa rede de registro civil. O registro garante acesso aos direitos e segurança das famílias, além de assegurar aos gestores municipais, dados que possibilitarão a aplicação de políticas públicas".

Ao declarar instalada a unidade de Pindaré-Mirim, o corregedor-geral da Justiça, desembargador Paulo Velten, observou que devemos transformar os momentos de crise em oportunidade. "Devemos atentar, ainda, para que o Executivo Municipal mantenha a unidade funcionando. Temos notícias de unidades que abrem, funcionam por um tempo e depois fecham. Só mudaremos essa realidade, se tratando de erradicação do sub-registro, quando essas unidades já estiverem incorporadas como patrimônio de todos, sem retrocesso nessa política", finalizou Paulo Velten.

Atendimento virtual resolve 85,1% da demanda de serviços na Vara da Família de Bacabal

30/05/2021 03:03:00

A Vara da Família de Bacabal avaliou a quantidade e qualidade do uso do assistente virtual por aplicativo de mensagens whatsapp na prestação de serviços pela secretaria judicial e gabinete de juiz, ao completar um ano da pandemia de Covid-19, que impôs o trabalho remoto nas unidades jurisdicionais do Maranhão, como medida sanitária de controle da doença.

Desde a implantação da ferramenta, já foram realizados 2.680 atendimentos pela secretaria virtual. Desse total, 86 foram direcionados ao gabinete virtual do juiz. As demandas são recebidas em tempo integral e atendidas no horário das 8h às 15h, em dias úteis. Ao final de cada atendimento, é solicitada à parte processual responder a uma pesquisa de satisfação e avaliar o atendimento, deixando sua opinião em forma de críticas ou sugestões.

Conforme os dados colhidos, de 161 avaliações coletadas, 94,4% ficaram "totalmente satisfeito com o atendimento prestado" pelo servidor; 85,1% dos usuários avaliaram que a "solicitação foi resolvida satisfatoriamente" e 80,7% das pessoas disseram preferir ser atendidos por whatsapp, contra 18% que preferem ser atendidos presencialmente.

Dentre outros serviços, o assistente virtual informa telefones de contato da unidade; links de acesso à sala de videoconferência e balcão virtual; pauta de audiências; pauta de audiências; pedido de habilitação nos autos; solicitação de agendamento de audiência de conciliação e de gabinete virtual; solicitação de recebimento de documentos judiciais.

ATENDIMENTO À DEMANDA

Os dados do atendimento por assistente virtual foram compilados em gráficos e analisados pela unidade, por meio de estatísticas, de modo a poder avaliar o nível da demanda, a eficiência do atendimento e quais os serviços mais procurados. "Diante dessa mensuração, é possível traçar uma estratégia no atendimento naqueles momentos de maior pico do uso da plataforma, garantindo celeridade do diálogo mesmo em períodos de maior movimento", explica o secretário judicial Claudionor Carvalho.

O atendimento por aplicativo de mensagem automática passou a ser utilizado no ano passado, diante das limitações do atendimento presencial no início da pandemia e trouxe benefícios como maior rapidez no encaminhamento das demandas e eficiência nos serviços judiciais. Também possibilitou orientar as partes processuais no uso do sistema de videoconferência durante a realização das audiências a distância, testando a velocidade da conexão, prestando informações processuais, e treinamento prévio de uso da plataforma do sistema de videoconferência.